



ENTREVISTA

Luiz Carlos Bresser Pereira

D

Desde 1963, Luis Carlos Bresser Pereira combina a atividade docente na FGV-EAESP com funções executivas e com diversos cargos de governo. Foi ministro da Fazenda (1987) do governo José Sarney e ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) do governo Fernando Henrique Cardoso. Nesta entrevista concedida à RAE-executivo, Bresser Pereira fala sobre os escândalos financeiros ocorridos nos Estados Unidos e sobre a formação de executivos naquela país e no Brasil.

por Sérgio Goldbaum e Mário Aquino Alves FGV-EAESP

O senhor vê relação entre os escândalos contábeis nos EUA e o momento político ou a formação de executivos naquele país?

L: Os escândalos contábeis estão muito proximamente re-

lacionados à forma pela qual se ensina economia e administração de empresas nos EUA. Apesar dos cursos de ética, dos congressos de ética etc., o que se ensina nos cursos de Economia e Administração é profundamente antiético. É um tipo de

ensinamento “neoclássico”, que parte do pressuposto de que todos os indivíduos são motivados exclusivamente por interesses econômicos, que defendem exclusivamente seu próprio interesse e que é assim que as coisas devem ser, já que não há

nenhuma outra alternativa. Toda idéia de que o cidadão, especialmente o que atua na vida pública e social, possa ter outras motivações, como, por exemplo, o interesse público, o respeito a princípios éticos, aos valores comuns da sociedade, tudo isso é rebaixado, quando não pura e simplesmente negado. É difícil você não relacionar os recentes escândalos contábeis nos EUA a essa deterioração ética.

Seriam também os escândalos um efeito colateral do avanço da economia e do utilitarismo exacerbado sobre dimensões não estritamente econômicas da vida, como as relações interpessoais?

L: Sem dúvida. O pressuposto da maximização dos interesses é razoável em problemas estritamente econômicos. Por outro lado, o que a chamada Escola da Escolha Racional faz é trazer para a ciência política os mesmos princípios da economia e afirmar que os agentes – os políticos – só têm duas motivações: a corrupção ou a vontade de serem reeleitos. Não existe a terceira alternativa, de que estejam voltados ao interesse público. Há exceções, claro, mas você pode imaginar o tipo de desastre em que isso resulta. Isso não quer dizer que os grandes intelectuais que adotam essas teorias sejam desonestos. São pessoas da maior qualidade, certamente, mas seus seguidores, os que só vêm a coisa em sua parte prática e aplica-

O único jeito de termos cursos de MBA comparáveis aos cursos no exterior é competir. Temos de ter como *benchmark* os melhores cursos estrangeiros e fazer tão bem quanto eles.

da, os que Marx chamava de seus epígonos, são os que usam a teoria de forma violentamente utilitarista.

Mas a realidade de mercados muito competitivos não obriga os agentes a agirem em interesse próprio?

L: Os agentes, no processo de competição econômica, agem de forma a maximizar seus interesses econômicos. Isso é basicamente correto. Essa é a lógica do mercado. Agora, quando isso atinge a vida em todos os seus aspectos e quando isso permite aos agentes, mesmo na atividade econômica, pensarem algo como “se eu tenho que defender meus interesses econômicos, vou defendê-los até contra os padrões éticos” aí já não estamos mais na economia neoclássica. E, “como o sistema legal está furado, e a possibilidade de eu ser pego e punido é muito pequena”, então “farei tudo o que estiver a meu alcance para defender meus interesses”. Esse tipo de comportamento, que é contrário a tudo o que foi a formação básica da sociedade norte-americana, mas que hoje é dominante nos EUA, reflete-se em todas as instituições norte-americanas, e

não só no escândalo da Enron. Os EUA são hoje, em relação à Europa, no plano político institucional, um país atrasado. Um país muito injusto, muito desigual, ainda que um país muito avançado economicamente. Politicamente, eticamente, é um desastre.

O que deu errado nos EUA também pode acontecer no Brasil?

L: Mas é claro, se aceitarmos docemente esse tipo de ideologia, como temos aceitado, se continuarmos a pensar que nosso padrão é os EUA, se continuarmos a dizer que Constituição boa é a norte-americana e ruim é a nossa. Na Constituição norte-americana, que foi feita sob um quadro de escravidão, a discriminação racial só pôde ser considerada inconstitucional graças a uma interpretação moral da Constituição. Uma interpretação formal, jurídica, da Constituição não permitiria isso. Nossa Constituição pode ter defeitos, é excessivamente detalhista, mas ela tem grandes qualidades, é uma Constituição moderna, que serve muito bem ao país e à melhoria de seus padrões éticos e de justiça.



ENTREVISTA: LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

Mas, se olharmos os autores clássicos, que estudaram a formação da nação norte-americana, como Tocqueville, ou para o próprio Weber, sobre uma ética voltada para o trabalho, e um trabalho voltado para padrões morais, onde está o ponto de ruptura?

L: Isso eu tenho me perguntado, é uma boa pergunta. Quando você vê os *founding fathers* norte-americanos, eles estão ali defendendo valores morais muito fortes. Estão afirmando a liberdade, a justiça, e fazem isso com muita ênfase, porque são liberais, certamente, mas não se vê essa radicalização, essa abordagem utilitarista no limite. Recentemente, dei um curso de teoria da democracia moderna na USP, e esse atraso político institucional e ideológico dos EUA em relação à Europa ficou claro para mim. E, em alguns casos, até em relação a nós. Quando isso mudou? Talvez após a Segunda Guerra Mundial. Se você for a Washington, veja o memorial dedicado a Roosevelt, é um memorial absolutamente impressionante. Seja porque é arquitetonicamente muito

bonito, seja pelas frases escritas nas pedras, as esculturas, as cachoeiras, todo um conjunto arquitetônico, artístico, cívico do mais alto nível. O memorial é recente, mas reflete o último grande presidente norte-americano, que foi Roosevelt. Naquele momento, os EUA estavam se tornando hegemônicos, especialmente após a Segunda Guerra. E essa hegemonia faz com que se perca o sentido, o senso crítico.

Como o senhor compararia a formação do executivo brasileiro com a do executivo norte-americano e europeu? O senhor acha que a formação do executivo para o Brasil deve ser diferente da formação do executivo para os EUA e a Europa?

L: Existem áreas em que os norte-americanos continuam sendo bem melhores que os brasileiros e os europeus. Uma delas é cinema e a outra é a universidade, inclusive educação de executivos. A universidade norte-americana é muito mais competitiva porque é financiada em boa parte pelo Estado, mas tem autonomia econômica, administrativa,

financeira, em relação a ele. Competem entre elas. Isso permite-lhes um padrão de excelência muito melhor do que os padrões das universidades e escolas européias – e o que não dizer das brasileiras? Isso vale para o ensino da administração, em cujo desenvolvimento foram pioneiros. Aqui, no Brasil, a FGV-EAESP começou reproduzindo o ideal da universidade, ou da escola de *business*, norte-americana, inclusive com a ajuda de professores da Michigan State University. Mas, com os anos, e já se vão 50, a escola foi se abrasi-leirando. Existe hoje uma diferença fundamental entre a FGV e uma escola de *business* norte-americana “top”: o curso fundamental de uma escola de *business* é sempre o MBA. No Brasil, o curso que entendemos ter mais prestígio é o curso de doutorado. Aqui, o *status* dos MBAs tornou-se ainda mais patético. Eles foram transformados em pequenos cursinhos caça-níqueis, um desvirtuamento que não atinge todas as escolas, é claro. Isso faz com que realmente não sejamos competidores internacionais. E as famílias um pouco mais abastadas, brasileiras, mandam todos os seus filhos para fazer MBA nos EUA, na Inglaterra, ou na França, mas não aqui. E não passa por nossa cabeça competir, mudar essa situação.

Em 1991, o senhor e o professor Nakano apresentaram a primeira

Os EUA são hoje, em relação à Europa, no plano político institucional, um país atrasado. Um país injusto, muito desigual, ainda que continue muito avançado economicamente.

discussão para o lançamento de um curso de MBA para a FGV-EAESP. Doze anos depois, como o senhor observa os cursos de MBA que são oferecidos no país?

L: Os cursos de MBA no Brasil são mais próximos do que nos EUA é denominado de MBA executivo – nos EUA, entre 8% e 10%, aproximadamente, dos alunos que se formam em MBAs são originários de MBAs executivos. Quer dizer, 90%-92% dos alunos são dos MBAs normais. MBA executivo é um MBA que é pago pelas empresas, que acontece em fins de semana ou em algum esquema alternativo, mas que procura compatibilizar o trabalho do executivo com o curso de MBA. Por sua vez, os MBAs comuns, que são pagos pelas famílias ou pelo próprio aluno, acontecem ou em tempo integral durante dois anos, ou em tempo parcial, à noite, durante quatro ou cinco anos. Em todas as grandes cidades, as grandes universidades têm MBAs noturnos. Ou seja, os cursos de MBA no Brasil foram disputar menos de 10% do mercado. Um MBA nos EUA tem, normalmente, de 800 a 1,2 mil alunos. Foi uma deturpação muito grande, é uma pena. E isso está relacionado com nosso elitismo. Estamos sempre querendo fazer uma coisa mais acadêmica, mais isso, mais aquilo, e acabamos fazendo uma coisa pior. E não estamos competindo como deveríamos.

Toda idéia de que o cidadão possa ter outras motivações, como, por exemplo, o interesse público, o respeito a princípios éticos, aos valores comuns da sociedade, tudo isso é rebaixado, quando não simplesmente negado.

Então, o que falta para os cursos de Administração no Brasil serem comparáveis aos dos Estados Unidos?

L: Acho que o único jeito de ser comparável é competir. E dá para competir no seguinte sentido: tenho de ter como *benchmark* os melhores cursos estrangeiros, e vou fazer tão bem quanto eles. “Ah, mas eles são mais ricos”... bom, então vamos todos nos transformar em Uganda. Se exigimos dos empresários brasileiros que compitam internacionalmente, por que não exigimos dos professores e pesquisadores brasileiros que compitam internacionalmente na área de formação de executivos? Quando você aceita ser de segunda e diz “mas somos subdesenvolvidos, somos pequenos, somos pobres, vamos fazer nosso negócio aqui, e tal”, isso se chama populismo cultural – e complexo de inferioridade colonial. Já temos uma graduação de muito boa qualidade, de padrões eu diria até internacionais. Mas não adianta, não é essa a competição. Não é aí que se formam as pessoas.

A formação do executivo brasileiro deve ter alguma especificidade por ser brasileiro?

L: É claro. Um curso de diretrizes administrativas deve utilizar casos de empresas brasileiras ou de multinacionais no Brasil. Um curso de macroeconomia deve discutir questões de interesse nacional. Mas cursos de tomada de decisão, ou de teoria dos jogos, aí podem ser cursos iguais. Quando há uma realidade concreta a ser abordada, deve-se usar a realidade do país, e isso nos dá uma vantagem. Temos condições de formar melhor executivos brasileiros do que os norte-americanos e ingleses. Mas, por enquanto, eles estão formando melhor do que nós. Embora sejamos mais adaptados, a qualidade do MBA deles é melhor.

Sérgio Goldbaum

Prof. do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da FGV-EAESP
Doutorando em Economia na FGV-EAESP

Mário Aquino Alves

Prof. do Departamento de Administração da FGV-EAESP
Doutor em Administração de Empresas pela FGV-EAESP